



Boletim do MPDFT

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MP ABRIU AS PORTAS E O POVO ENTROU



O MPDFT abriu suas portas à sociedade para mostrar ao povo o trabalho que realiza em defesa do cidadão. Aproximadamente mil pessoas circularam no dia 15 de agosto pelos estandes das Procuradorias e Promotorias de Justiça. Deputados Federais e Distritais, Secretários do Governo do DF, autoridades do poder legislativo, líderes comunitários e estudantes prestigiaram o evento e puderam conhecer melhor o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, suas principais ações e projetos.

Págs. 6 e 7

Novos Promotores Pág. 11

MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A SOCIEDADE

Como instituição da sociedade, voltada para o cidadão, o Ministério Público tem procurado se colocar à disposição dessa sociedade. O MPDFT percebeu que parte expressiva da população, principalmente as camadas menos esclarecidas, não conhece o trabalho que realiza. O Boletim do Ministério Público do Distrito Federal apresenta nesta edição exemplos da atuação de suas Promotorias de Justiça e da Procuradoria Distrital.

- Procuradoria Distrital Pág. 3
- Promotoria de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência Pág. 5
- Promotoria de Defesa do Consumidor Pág. 8
- Promotoria de Defesa da Educação Pág. 9
- Promotoria de Defesa do Sistema Único de Saúde Pág. 10
- Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística Pág. 10

MP mais perto de você

Ônibus leva serviços do MPDFT às comunidades

Pág. 4



Ministério Público de Portas Abertas

A porta é o símbolo do limite, da fronteira, do limiar entre o dentro e o fora. Se fechada, em residência, comércio ou instituição pública, é claro o sinal: não entre. Ou, pelo menos, bata antes de entrar. Aberta a porta, também claro é o sinal: seja bem-vindo.

Desde sua criação, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios está de portas abertas. Sempre abertas: para a Lei, para a defesa da cidadania, para o Estado de Direito. Então – podem indagar alguns – que sentido tem fazer um programa como o que fizemos no dia 15 de agosto deste ano, denominado Ministério Público de Portas Abertas? Para entender o significado mais amplo desse Programa, não é necessário ir muito longe. Basta acompanhar a trajetória das Promotorias e Procuradorias de Justiça criadas nos últimos anos, todas significam a abertura de canais entre o Ministério Público e a sociedade.

Nesta edição, por exemplo, os leitores receberão informações sobre a Prodid – Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência, cujo trabalho é ajudar idosos e portadores de deficiência a abrirem por-

tas, vencerem barreiras físicas e morais. Para um portador de deficiência, é fundamental que haja rampas de acesso a edifícios públicos e privados. Se não existem tais acessos, a Promotoria negocia, propõe soluções e, se for preciso, aciona a Justiça.

Poderão ler, também, sobre a Prodecon – Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, cuja principal tarefa é “fechar” as portas para o abuso aos consumidores.

Há também uma matéria sobre a Proeduc – Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, que visa fechar os portões das escolas para a violência e, ao mesmo tempo, permitir que as salas de aula continuem abertas.

Na nota sobre a PROSUS – Promotoria de Justiça de Defesa do Sistema Único de Saúde, verão o quanto tem sido feito para evitar que se fechem as portas dos hospitais e para que se abram outras para os direitos dos usuários: pelo fornecimento de medicamentos, pela aquisição de aparelhos essenciais aos serviços de saúde. E, principalmente, para fechar as torneiras da corrupção.

Perfis semelhantes marcam a atuação da Prourb – Promotoria de Defesa da Ordem Urbânica, da Prodema – Promotorias de Justiça de Defesa do

Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural e da PROFIDE – Promotoria de Defesa da Filiação.

O realce dado à Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, que reúne funções de defesa dos mais diversos direitos coletivos, resume o espírito de servir do MPDFT. Sempre o Ministério Público procurando abrir portas para a cidadania, o direito e a legalidade.

Por isso, nada mais natural que simbolizar todos esses gestos diários com um maior: um dia inteiro de visitação pública ao Ministério Público, para que a comunidade possa conhecer todos os serviços que prestamos. Conhecer os Procuradores e Promotores de Justiça, receber publicações informativas sobre direitos, enfim, ter mais uma oportunidade de saber que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é isso: uma casa de portas abertas. E que entre nós e a cidadania não existem portões, fronteiras nem grades. Portas abertas. Todos os dias. Esperando a população.

José Eduardo Sabo Paes
Procurador-Geral
de Justiça



**Boletim do Ministério Público do
Distrito Federal e Territórios**

Eixo Monumental – Praça do Buriti
lote 2 Edifício-Sede
Brasília DF Cep 70091-900
Telefones: (61) 343-9604/
343-9601/ 343-9690.
Fax.: (61) 343-9754
www.mpdf.gov.br

Procurador-Geral de Justiça
José Eduardo Sabo Paes

**Vice-Procurador-Geral de
Justiça**
Eduardo Albuquerque

Corregedor-Geral
Amarílio Tadeu Freesz de Almeida

Chefe de Gabinete
Trajano Sousa de Melo

Diretor-Geral
Antônio Marcos Dezan

Conselho Editorial
Luisa de Marillac Pantoja
Fabiana de Assis Pinheiro

**Assessoria de Comunicação
do MPDFT**
Conchita Rocha

Produção
Intermedium Comunicação e
Eventos

Coordenação Editorial
Marilda Bezerra

Jornalista Responsável
Jorge Luis Menezes Araujo
Registro Profissional – 2299/12/44

Diagramação
Döble Produções

Tiragem
2.500 exemplares

Impressão
Teixeira Gráfica Editora

Pelo respeito aos direitos do cidadão

A Procuradoria Distrital tem priorizado suas ações em defesa dos direitos do cidadão no sentido de melhorar a qualidade dos serviços públicos no Distrito Federal. Para apoiar esse trabalho, mantém um serviço de atendimento ao cidadão, uma linha telefônica exclusiva para reclamações e denúncias, que tem recebido em média 40 chamadas por dia.

A Procuradoria tem conseguido bons resultados intervindo diretamente junto aos órgãos públicos prestadores de serviços ou mesmo por meio de ações judiciais.

Nessa linha de atuação, apontou irregularidades contra o Detran-DF na aplicação de multas de trânsito, na composição de Juntas de Recursos do órgão (Jarí) e na negativa do licenciamento de veículos em razão de multas pendentes de recursos. A Procuradoria também investigou a organização dos postos de combustíveis do Distrito Federal por indícios de combinação de preços, caracterizando a formação de cartel.

Em outra atuação, a Pro-

curadoria Distrital promoveu uma ação coletiva pública em razão dos abusivos cortes do fornecimento de energia elétrica. Em outra frente, na área da administração pública, foram abertas ações de improbidade contra o Governador do Distrito Federal e alguns Secretários de Governo do DF.

No transporte coletivo, a Procuradoria Distrital tem agido no sentido de proibir as empresas de utilizarem veículos velhos e sem manutenção que terminam por colocar em risco a vida do cidadão.

Também, em uma ação civil pública, julgada procedente, a Brasil Telecom, antiga Telembrasil, foi condenada a re-



Audiência para tratar dos transportes coletivos no Distrito Federal.

abrir os pontos de atendimento direto ao consumidor no Distrito Federal.

A Procuradoria Distrital tem atuado também com bastante frequência na fiscalização de empresas de serviço de telefonia móvel celular no Distrito Federal. Está investigando alguns casos de desrespeito e abuso contra o consumidor, por empresas que estão promovendo as chamadas vendidas casadas, nas quais a contratação dos serviços fica condicionada à compra de aparelhos telefônicos revendidos na própria empresa, sem que o consumidor tenha a opção de adquiri-los em melhores condições comerciais, em outros pontos de revenda.

No transporte coletivo, a Procuradoria Distrital age no

sentido de proibir as empresas de utilizarem veículos velhos e sem manutenção que terminam por colocar em risco a vida do cidadão. Especialmente os chamados transportes piratas têm sido alvo da atuação da Procuradoria. Por sua essência ilegal, essa modalidade de transporte é combatida com rigor. Irregularidades dessa natureza estão sendo fiscalizadas e a Procuradoria Distrital está tomando medidas judiciais cabíveis contra os infratores.

Serviço de atendimento ao cidadão – **disque-cidadão - 343 9656**

A Procuradoria Distrital funciona no 8º andar do edifício-sede do MPDFT

Telefone: 343 9670

MPDFT aonde o povo está

O ônibus do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, especialmente adaptado para fazer o atendimento da população nas comunidades, fez sua primeira viagem no dia 20 de agosto. O veículo levou os serviços do Ministério Público até Planaltina. O objetivo desse novo projeto é atender à população carente do Distrito Federal que tem dificuldade de acesso à instituição.

Antes da implementação do ônibus, já haviam sido feitos atendimentos em várias cidades satélites, em prédios

emprestados por outros órgãos públicos. Entretanto, para permitir que os serviços itinerantes do MPDFT sejam mais presentes, a Promotoria de Defesa da Comunidade – Procidadã idealizou o Projeto “MP Mais Perto de Você”, utilizando um ônibus para levar os serviços do Ministério Público a essas comunidades.

Em sua primeira missão, em Planaltina, o ônibus contou com uma equipe formada por uma Promotora de Justiça e cinco servidores. A Promotoria iniciou os trabalhos, sob a perplexidade de muitas pessoas que não acreditavam

que receberiam os serviços do MPDFT ali mesmo. O ônibus do “MP Mais Perto de Você” realizou 17 atendimentos em Planaltina. No dia seguinte, foi a vez do Recanto das Emas, onde fez 20 atendimentos. No dia 22 de agosto, o ônibus foi a São Sebastião, onde 45 pessoas foram orientadas.

Em Planaltina, no Recanto das Emas e em São Sebastião, a maioria da pessoas atendidas solicitou pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade e guarda de filhos menores. Nos casos mais comuns, o cidadão saiu do ônibus já com uma data para a audiência de conciliação. Nas questões que fogem à competência da equipe da Promotoria, a pessoa recebe a orientação apropriada sobre o procedimento que deve adotar.

A adaptação do veículo



Promotora Marilda faz atendimento no interior do ônibus.

para atender a população considerou a comodidade e funcionalidade. Na parte lateral externa, o veículo tem toldos para garantir proteção do sol ou chuva.

O ônibus, adquirido por meio de uma parceria entre o MPDFT e a Fundação Banco do Brasil, foi equipado com mesas, cadeiras, terminais de computador, iluminação especial, ar refrigerado, de maneira a garantir o conforto necessário para atender quem procurar o Ministério Público.

Confira as últimas informações sobre o itinerário do ônibus no site do MPDFT: www.mpdft.gov.br.



O ônibus leva o MPDFT a todo o Distrito Federal.

Justiça Restaurativa

Um novo modelo de Justiça Criminal

A tradição jurídica, quando se trata do ressarcimento pelos danos provocados por crime, privilegia a sociedade em detrimento da vítima. Nessa tradição, a principal forma de ressarcimento é a punição do réu. A justiça restaurativa propõe uma nova maneira de enxergar a relação entre crime e punição, por meio dela a vítima passa a ser o ator principal do processo de ressarcimento, do qual o réu assume função básica.

Nos dias 25 e 26 de junho de 2003, a

Escola Superior do Ministério Público da União, a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Centro de Estudos Técnico-Jurídicos do MPDFT realizaram o seminário Justiça Restaurativa: Um Modelo Complementar de Justiça Criminal, na sede da ESMPU, em Brasília. Participaram do evento mais de 60 pessoas, entre juizes, promotores e procuradores. O seminário buscou aprofundar os conhecimentos sobre este modelo de jus-

tiça, a fim de que o MPDFT crie as condições ideais para sua implantação.

A ideia restaurativa de justiça volta-se para a reintegração do criminoso na sociedade e para a superação de traumas da vítima e, do mesmo modo, sua reintegração na sociedade. Usualmente, essa justiça promove o encontro entre o infrator e a vítima em um processo controlado de conciliação. O conceito desse tipo de justiça abrange, não apenas a proteção da socie-

Prodide – Proteção para a cidadania

Não há dúvidas de que avançaram muito no Brasil as garantias legais de proteção às pessoas idosas e aos portadores de necessidades especiais. Para os portadores de deficiência, a lei exige a reserva de vagas em empresas privadas (entre 2% e 5% dos postos) e no setor público (até 20% dos cargos); assegura, também, a livre circulação nos transportes urbanos, assim como obriga os construtores, proprietários e administradores de edificações coletivas a facilitarem o acesso a essas dependências.

Além de zelar pelo cumprimento dos preceitos constitucionais, que asseguram cuidados especiais a essas pessoas, a Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência – Prodide criou o Núcleo de Informação sobre Deficiência (Nurin), conjunto de dados que integra o Sistema Nacional de Informação sobre a Deficiência (Sicorde) da Secretaria Especial de Direitos Humanos. A finali-

dade desse sistema é facilitar o acesso a informações sobre os direitos e deveres dos portadores de necessidades especiais. O Nurin oferece apoio não só aos deficientes, mas também às famílias de pessoas com deficiência, por meio de atendimentos feitos por assistente social em conjunto com a Gerência de Informação do Núcleo.

Outra frente de atuação da Prodide é a adoção de providências legais para defender os direitos individuais e coletivos dos portadores de deficiência. São ações que envolvem o direito de ir e vir, para eliminar barreiras arquitetônicas, para garantir a reserva de mercado e para garantir o atendimento educacional a esses cidadãos.

O Brasil possui uma das melhores e mais extensas legislações sobre a matéria, entretanto a sociedade ainda não tem um conhecimento satisfatório que lhe assegure usufruir melhor os seus direitos. Um dos trabalhos do Nurin tem sido conscientizar a po-



Candidatos em campanha pelo Governo do Distrito Federal dizem o que pretendem fazer pelos idosos e portadores de deficiência.

pulação a respeito dos direitos e deveres dos deficientes. Além de atender à demanda do Distrito Federal, o Nurin oferece consultas a pessoas e entidades de outros estados.

Na proteção dos idosos, a legislação acaba de incorporar novos direitos que há muito vinham sendo reivindicados, um deles é o de precedência que esses cidadãos devem ter no julgamento de ações judiciais, outro é o direito de preferência no atendimento em todos os serviços públicos. Entretanto, a Prodide constata um grande vazio no cumprimento dessas

leis. E não é à toa. Simplesmente, idosos e portadores de deficiência estão entre as pessoas com menor capacidade de reivindicação. E se elas estão em famílias pouco letradas, sem conhecimento de suas garantias constitucionais, mais distantes ficam do alcance do exercício desses direitos.

A Prodide tem agido também, com muito rigor, em defesa dos idosos abandonados pela própria família, movendo ações de garantia de alimentação contra descendentes com capacidade financeira.

dade, mas a possibilidade de recompor as vítimas material e psicologicamente, denunciando a conduta criminosa, prevenindo a violência e a criminalidade e permitindo a reabilitação do infrator, na medida que o torna responsável pelo dano causado.

Em ensaio sobre Justiça Restaurativa, o professor de Sociologia Jurídica, Pedro Scuro Neto, diz que sua aplicação “significa dar resposta sistemática às infrações e suas conseqüências, enfatizando a cura das feridas sofridas pela sensibilidade, pela dignidade ou reputação, destacando a dor, a mágoa, o dano, a ofensa, o agravo causado pelo malfeito, contando para isso

com a participação de todos os envolvidos (vítima, infrator, comunidade) na resolução dos problemas (conflitos) criados por determinados incidentes”. A Justiça Restaurativa pretende dar uma nova visão sobre o crime, que passa a ser percebido muito mais como um mal à vítima do que uma violação de Lei Penal e uma ofensa à sociedade.

No seminário, o tema: Experiências e Propostas Nacionais e Estrangeiras de um Modelo Complementar de Justiça Criminal informou aos participantes que a Justiça Restaurativa tem provocado uma verdadeira revolução, em vários países onde está

em uso, reformulando as visões convencionais de crime e justiça. Especialmente no Canadá, a Justiça Restaurativa tem sido considerada um sucesso. A constatação foi feita por membros do MPDFT em visita ao Instituto de Negociação Aplicada e ao Instituto de Resolução de Conflitos, em Ottawa, Canadá.

No dia 27 de junho, seguindo-se ao Seminário, a Comissão Permanente de Política Criminal do MPDFT organizou um workshop com a finalidade de estabelecer estratégias para a implantação da Justiça Restaurativa do Distrito Federal.

Ministério Público de portas abertas – A sociedade entrou

No dia 15 de agosto, a instituição realizou o “Ministério Público de Portas Abertas”, para promover a integração com a sociedade. Mais de mil pessoas compareceram, o público conheceu como trabalha o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Durante o dia especial de visita da comunidade ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, estudantes, professores, médicos, líderes comunitários e autoridades convidadas visitaram os estandes das Procuradorias e Promotorias do MPDFT. A visita, que reuniu cerca de mil pessoas, também se estendeu às dependências do edifício-sede.

Os estudantes foram os espectadores mais entusiasmados. Aproximadamente 400 alunos de escolas públicas de Brasília, Recanto das Emas, Paranoá, Ga-

ma, Santa Maria e Ceilândia conheceram o MPDFT. Nesse dia especial, foi lançado



Procuradorias e Promotorias apresentaram seus trabalhos em estandes

o projeto “A Escola Conhece o MP”, que vai permitir visitas mensais ao MPDFT por escolas públicas e particulares do DF.

Durante o evento, o MPDFT entregou à comuni-

dade um ônibus especialmente adaptado para levar os serviços do Ministério

processos em tramitação e sobre o funcionamento do MPDFT. Para utilizar melhor os recursos da rede mundial de computadores, dando um perfil mais dinâmico à comunicação do Ministério Público, também foi lançado o Portal na Internet.

Logo no início das atividades do evento, na manhã da sexta-feira, a Banda do Colégio Militar de

Brasília recebeu os convidados com um vasto repertório. Seguiu-se a solenidade de abertura, com discursos dos organizadores do evento, representados pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo,

Logo no início das atividades do evento, na manhã da sexta-feira, a Banda do Colégio Militar de Brasília recebeu os convidados com um vasto repertório. Seguiu-se a solenidade de abertura, com discursos dos organizadores do evento, representados pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo,

e pela Promotora de Justiça Luisa de Marillac.

Para o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Sabo, o “MP de Portas Abertas” é uma experiência única por permitir o contato entre a população e a instituição.

“O Ministério Público sempre esteve de portas abertas para a sociedade, até porque somos uma instituição da sociedade e para a sociedade, entretanto abrir as portas, no sentido real, representa inaugurar uma nova etapa no relacionamento com a sociedade. Sabemos que iniciamos um movimento irrever-

te à disposição do cidadão”. Para Eduardo Sabo, a integração, promovida pelo “MP de Portas Abertas”, aconteceu de forma muito agradável para os membros e servidores do MPDFT e possibilitou ainda o esclarecimento das principais dúvidas que a sociedade tinha sobre a instituição, ao mes-

mo tempo em que conheciamos os principais projetos e ações do órgão. As Promotoras de Justiça Luisa de Marillac e Fabiana Pinheiro, coordenadoras do projeto, falaram do desafio de se colocar o Mi-

nistério Público diante da sociedade, abrindo as portas da instituição para que a população conheça efetivamente o seu trabalho.

A Promotora de Justiça Marilda Fontineli, coordena-

dora do projeto “MP mais Perto de Você”, destacou os benefícios que o ônibus vai trazer à população, facilitando o acesso aos mais carentes dos serviços do MPDFT.

... dança.



... dança.

Cultura e descontração

“O Ministério Público de Portas Abertas” não apresentou só projetos e ações institucionais, ofereceu também uma programação cultural de primeira. A abertura das atividades foi marcada por um repertório variado de músicas populares apresentado pela Banda de Música do Colégio Militar e pelos músicos: maestro Carlos Ilha, J. Mendes, Du Santoura, Alberto Sales e Kálley Serraine. O grupo Picasso Não Pichava apresentou performance de dança e a criação de um painel, que foi doado ao MPDFT.

A apresentação do Coral da Universidade Católica de Brasília, sob a excepcional regência do maestro José Luís, emocionou os participantes do evento, que foi finalizado pelo Quarteto Instrumental da Escola de Música de Brasília com uma exibição primorosa.

Algumas opiniões sobre o “Ministério Público de Portas Abertas”:



Azelma Maria da Silva Valadares – Professora da Secretaria de Educação do GDF.

“Sempre ouvia falar do Ministério Público, mas não era muito claro para mim como o órgão atuava. Acho essa iniciativa maravilhosa. Poder conhecer aqui dentro a forma como o MP faz para que a Lei seja cumprida é uma feliz oportunidade”.



Lia de Souza – Professora da Secretaria de Educação do GDF.

“É muito interessante o que estão fazendo aqui. Trouxe minha turma, a aula hoje é de cidadania. Meus alunos estão conhecendo por dentro uma das mais importantes instituições da sociedade para a defesa dos interesses do cidadão. O Ministério Público está de parabéns pela iniciativa”.



Daiane Passos – 17 anos, estudante do 3º ano do ensino médio, no curso de magistério.

“Aqui, eu aprendi que o Ministério Público é um órgão que cuida dos interesses do cidadão, ele zela pelos direitos da gente. Antes eu tinha uma visão meio obscura sobre o que era o Ministério Público, agora sei que ele é um aliado importante dos meus direitos e de todos os ci-

dadãos do Distrito Federal”.



Chico Floresta – Deputado Distrital.

“O MP realça o trabalho dos deputados. Trabalhamos na mesma direção, ambos defendendo os interesses do povo. Atuamos juntos, porém de formas diferentes, contra os interesses lesivos ao povo. Entendo que tem sido fundamental a atuação do Ministério Pú-

blico. O órgão amplifica a voz do parlamentar. A iniciativa do “MP de Portas Abertas” é simplesmente maravilhosa”.



Chico Leite – Deputado Distrital.

“Particularmente, eu me sinto orgulhoso por essa iniciativa do MPDFT, como membro da casa há mais de 15 anos. Hoje, esse contato direto com a população, é um dia de consa-

gração para essa instituição que defende a sociedade mais que qualquer outra. A acolhida que a sociedade vem dando ao seu Ministério Público é uma resposta a aqueles que atacam o órgão, no desespero da impossibilidade de defesa. Só agrade esta instituição quem tem medo de suas ações no interesse da sociedade”.



Júnior Brunelli – Deputado Distrital.

Relações mais justas no consumo

Não são poucos os abusos aos direitos do consumidor no Distrito Federal. Casos como os de propagandas enganosas, contratos com cláusulas abusivas, produtos vendidos com defeitos, serviços indevidamente prestados, entre outros, fazem parte da vida de muitos dos cidadãos brasileiros.

É papel da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do MPDFT – Prodecon, atuar para defender os interesses coletivos desses consumidores. A mais recente conquista da Prodecon foi a liminar, ainda em vigor, que impediu o aumento das tarifas telefônicas da Vivo, antiga TCO, que beneficiou aproximadamente um milhão e cem mil pessoas no Distrito Federal.

Um dos casos mais importantes acompanhados pela Promotoria foi o do edifício Monte Carlo, no Guará II, construído pela construtora Senap, do ex-deputado Sérgio Naya. Tão logo o prédio foi ocupado, surgiram rachaduras, sem que a construtora

tomasse qualquer providência, mesmo com as reclamações dos moradores. Ao saber da situação, a Prodecon acionou a Defesa Civil que, de imediato, interditou o prédio. Em seguida, a Caesb, a Ceb e a Administração Regional também se manifestaram favorá-

veis à interdição do edifício.

Foram grandes os transtornos causados aos moradores, que tiveram que abandonar seus apartamentos para morar com parentes ou em hotéis. A Prodecon entrou com ação na justiça contra a construtora Senap, obtendo êxito

em favor dos consumidores por meio de sentença que já transitou em julgado. São sete milhões de reais por danos morais para as 120 famílias proprietárias de imóveis no edifício Monte Carlo e R\$ 700 mil para o Fundo Federal de Direitos Difusos, criado para

garantir as indenizações em casos especiais indicados pelos tribunais, além das perdas materiais. Vários imóveis da construtora foram penhorados e, dentro de pouco tempo, as famílias vão começar a receber as indenizações. Esse foi o primeiro caso de Processo de Execução Coletiva relativo a direitos individuais homogêneos no Brasil.

Outra conquista de grande importância da Prodecon foi a responsabilização da construtora Encol pelos danos causados a mais de 40 mil famílias em todo o Brasil, com a condenação de seu ex-diretor-presidente em oito anos de prisão. O caso Encol representa uma das maiores violações de direitos ao consumidor já ocorridas no Brasil.



Promotor da Prodecon investiga denúncia contra postos de gasolina – em defesa do consumidor

Outra conquista de grande importância da Prodecon foi a responsabilização da construtora Encol pelos danos causados a mais de 40 mil famílias em todo o Brasil

(...)

O caso Encol representa uma das maiores violações de direitos ao consumidor já ocorridas no Brasil.

Proeduc – Educação irrestrita

Do ponto de vista da legislação, o amplo direito constitucional à educação reflete a importância que o Estado brasileiro dá ao assunto, porém, fazer cumprir essa lei tem sido a grande luta do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A Promotoria de Justiça e Defesa da Educação – Proeduc instituiu uma série de projetos e ações importantes para assegurar o cumprimento desses direitos, incluindo o combate à violência nas Escolas do Distrito Federal.

No dia 15 de agosto, durante a realização do evento “Ministério Público de Portas Abertas”, foi lançado o curso “A Escola no Processo de Socialização do Adolescente”, em parceria com a AEUDF. A iniciativa faz parte de uma série de convênios técnico-científicos, que vêm sendo firmados há dois anos, em parceria com faculdades do Distrito Federal. Nesse período, já foram realizados mais de dez cursos, que abordaram temas como o papel da escola e dos Conselhos Tutelares na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a aplicação dos direitos humanos na realidade escolar.

Os cursos são ministrados

na sede das faculdades conveniadas. Metade das vagas são oferecidas para os alunos regularmente matriculados nessas instituições e o restante é destinado a pessoas interes-

comunidade escolar (pais, alunos, professores, direção da escola e comunidade dos arredores da escola), e são acompanhados por representantes das Secretarias de Edu-

nos e, principalmente, sendo estimulados a promover medidas preventivas. O objetivo desse programa é capacitar os Conselhos de Segurança para que resolvam os problemas de suas escolas e ensinem, por meio de treinamento e orientação, a comunidade escolar a lidar com a questão da violência.

Visando aperfeiçoar e ampliar a ação, a Proeduc vem fazendo contato com diretores de escolas, em reuniões periódicas, nas quais eles apresentam dados sobre violência, indisciplina e uso de drogas pelos alunos de seus estabeleci-

mentos de ensino. Nas reuniões, são transmitidas orientações de como os diretores devem agir diante desses problemas.

Outro projeto importante desenvolvido pela Proeduc é a redação dos “Informes da Proeduc”, que se utiliza dos meios de comunicação em massa – jornais, televisão e rádio – para informar a população dos seus direitos à educação. Para saber se os seus direitos estão sendo respeitados, o cidadão precisa conhecê-los. Esse projeto recebe o apoio da Assessoria de Comunicação do MPDFT, que faz o contato com a imprensa.



A Proeduc promove encontros com a comunidade escolar para debater a educação.

sadas da sociedade. A demanda da comunidade é tão grande que muitas vezes é preciso abrir novas turmas.

Preocupado com o problema da violência nas escolas do Distrito Federal, o MPDFT, por meio de sua Comissão de Segurança Escolar e da Proeduc, implantou, em parceria com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Segurança Pública, em outubro do ano passado, o projeto “Conselho de Segurança Escolar”, que prevê a criação de conselhos de segurança em escolas do Distrito Federal. Esses conselhos são formados por membros de todos os segmentos envolvidos na

ação e de Segurança Pública e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Trata-se de um projeto-piloto criado a partir de um Protocolo de Intenções firmado entre o MPDFT e as Secretarias de Segurança Pública e de Educação do Distrito Federal.

Já foram criados Conselhos de Segurança Escolar em cinco escolas do Distrito Federal, e seus membros fizeram curso de capacitação no qual aprenderam como agir diante das situações de violência nas escolas como tráfico de drogas, brigas individuais e de gangues, roubos, estupros, tendo noções de legislação, de direitos huma-

O espaço urbano bem utilizado

A Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística trabalha para que os espaços urbanos tenham utilização correta conforme o interesse coletivo. Um bom exemplo da atuação da Prourb é a ação civil pública movida contra a Uniplac – União Educacional do Planalto Central – que está fazendo uma construção anexa ao seu prédio principal, no Lago Sul, em área residencial. Pelas características da construção, a Prourb considera que a finalidade do imóvel será comercial, contrariando a destinação pública do lote, e entrou com ação preventiva na justiça. A justiça, acatando o pedido da

Prourb, decidiu que se a Uniplac utilizar a edificação de outra forma que não seja residencial deve pagar multa diária de R\$ 4 mil.

No levantamento de dados que gerou a ação contra a Uniplac, a Prourb descobriu também que a instituição de ensino funciona com alvará para clínica de fisioterapia. A Promotoria orientou a Administração Regional que, por sua vez, deu prazo de 30 dias para a adequação da atividade. A Uniplac recorreu à justiça que concedeu prazo até o final desse ano para que seja corrigida a distorção.

Em outra frente, a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística constatou vá-

rias irregularidades na Academia de Tênis de Brasília. Sob pretexto de construção provisória para utilização em um evento, a empresa construiu um galpão, às margens do lago, em Área de Preservação Permanente – APP (no caso do Lago Paranoá, a APP abrange o limite de 30 metros a partir de suas margens). No entanto, tendo passada a data do evento, não só o galpão foi mantido, como está sendo aperfeiçoado, ganhando contornos de edificação definitiva. Simultânea à construção do galpão, a Academia de Tênis pediu o alvará para a construção de um *resort*, o que, para os Promotores da Prourb é mais

um sinal de que o galpão vai ser mantido.

Nesse caso, a Prourb está recorrendo à justiça para frear as intenções da Academia de Tênis. Nos casos de loteamentos irregulares, como no do Condomínio Alto da Boa Vista que, por meio de duas ações civis públicas do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios reconheceu a ilegalidade da escritura apresentada e acatou a argumentação de que a área do condomínio é uma reserva de importantes nascentes de córregos e riachos e não deve correr os riscos que podem causar um assentamento urbano.

Serviços de saúde com qualidade para todos

A saúde pública é hoje uma das principais preocupações do brasileiro. A precariedade da assistência em postos de saúde, farmácias e hospitais do Distrito Federal tem sido noticiada com destaque nas páginas dos principais veículos de comunicação do País. Diante desse quadro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Sistema Único de Saúde (Prosus), não mede esforços, com a adoção de medidas judiciais e administrativas, para impedir que essas irregularidades persistam impunemente.

Além das ações voltadas para o interesse coletivo, a Prosus também atende a reclamações individuais. Entretanto, o atendimento individual é feito com extremo cuidado para evitar que as pessoas que recor-

rem à Prosus tornem-se privilegiadas em relação a outros pacientes que não procuraram o Ministério Público. "Nós fa-



A Prosus atua para que os cidadãos tenham atendimento digno

zemos a triagem de casos individuais mais graves, nos quais há o risco iminente de morte. Mas, a Promotoria está alerta para os casos que atentam contra a coletividade, como a falta de remédios para doentes crônicos renais, para tratamento

de câncer e outras doenças graves. "Hoje, muitos pacientes fazem o tratamento por ação da Prosus", diz o médico da Promotoria, Francisco Rosenêlio de Carvalho. A Prosus dispõe de uma equipe formada por um médico psiquiatra, um especialista em administração de sistemas de saúde, um médico sanitário e dois psicólogos,

além dos Promotores de Justiça. Na avaliação da Promotoria, a gestão pública do Sistema de Saúde do Distrito Federal está comprometida não só pela falta de transparência nos processos de contratação e de aquisição de serviços e produ-

tos, mas sobretudo pela alocação de recursos, originalmente destinados à saúde, para outros fins. A Prosus tem concentrado sua atuação na investigação de todas as denúncias recebidas envolvendo o desvio de finalidade de recursos da saúde.

Em uma das mais recentes iniciativas, a Prosus moveu uma ação cautelar para que sejam devolvidos R\$ 40 milhões originalmente destinados à saúde, mas que foram ilegalmente desviados para construção da Ponte JK e para programas assistenciais. Em razão dessas irregularidades, a Prosus requereu a intervenção federal no Sistema de Saúde do Distrito Federal.

A Prosus atende no Setor de Indústrias Gráficas, quadra 1, lote 525/575, Ed. Xerox, sala 231 e pelo telefone 343 9359 e 343 9358.

Ministério Público condecora Vice-Presidente da República

Vice-Presidente da República, José Alencar, recebeu, dia 28 de agosto, a condecoração da Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no grau Grão-Colar. Na mesma cerimônia foram agraciados também os Procuradores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Petrônio Calmon Filho e Francisca Soares da Silva, no grau Grão-Colar; o secretário-geral da Câmara dos Deputados,

Mozart Vianna de Paiva, no grau Comendador; a Embaixada da França, representada pelo seu ministro-conselheiro, Philippe Garnier, com o estandarte da Ordem.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios instituiu a Ordem do Mérito como uma forma de homenagear pessoas e instituições que atuaram em be-



Vice-Presidente da República condecorado com a Ordem do Mérito do MPDFT, no Grau Grão Colar.

que representaram o aperfeiçoamento do Ministério Público para melhor atender à sociedade.

A Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é concedida nos graus Grão-Colar, Grã-Cruz, Comendador e Oficial. Também são condecoradas, com estandarte da Ordem, organizações nacionais ou estrangeiras.

nefício da cultura jurídica ou prestaram relevantes serviços

nacionais ou estrangeiras.

Posse

Novos Promotores de Justiça Adjuntos

Tomaram posse, no dia 22 de agosto de 2003, 16 novos Promotores Adjuntos, originados da 25ª Turma. Presentes na solenidade diversas autoridades, além do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, e do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Sabo.

A Promotora Maria Anaídes Siqueira Soub fez a saudação aos novos membros do MPDFT. Em nome dos novos Promotores Adjuntos, Jaqueline Ferreira Gontijo fez o juramento. O Diretor-Geral do MPDFT, Promotor de Justiça, Antônio Marcos Dezan, fez a leitura do termo de posse. O Promotor de Justiça Adjunto Marcelo de Tarso Zanellato fez

o discurso em nome da turma. Em seu discurso, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo, conclamou os novos Promotores de Justiça Adjuntos a empenhar o entusiasmo que trazem em nome do fortalecimento da instituição.

Agradecendo aos familia-

res, pela estrutura pessoal dada a cada um dos novos promotores adjuntos, o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, lembrou aos novos membros do MPDFT que foram os familiares os maiores incentivadores para essa conquista.



Novos Promotores de Justiça Adjuntos, posse e compromisso.

Novos Promotores

Marcelo de Tarso Zanellato
 Jaqueline Ferreira Gontijo
 Denise Sankievicz
 Patrícia Mara da Conceição
 Luciano Coelho Ávila
 Ibrahim Jorge Nasser Saad
 Paulo Almeida Coelho de Sena
 Cristiane Mendonça Lage
 Silvano Rodrigues da Silva
 Léa Batista de Oliveira
 Luís Eduardo Marrocos de Araújo
 Albertino de Souza Pereira Neto
 Luís Herinque Ishihara
 Mozart Luiz Marino de Sousa
 Aline Raniero Fonseca Naoum
 Ricardo Marinho Tassi

Agenda do Procurador-Geral de Justiça Eduardo Sabo

16/06/03 - Participou da abertura do I Encontro Brasileiro de Professores de Ciências Penais no auditório do MPDFT.

- Audiência com o Deputado Federal Sigmaringa Seixas, na Câmara dos Deputados.

- Audiência no gabinete do Dr. Geraldo Brindeiro, como Presidente em exercício do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça.

17/06/2003 - Reunião com Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República.

- Participou da Sessão do Conselho Especial da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

18/06/2003 - Reunião com a Secretária de Educação do Distrito Federal, Maristela de Melo Neves.

- Reunião com o Ministro da Defesa, José Viegas Filho.

- Condecorou, com a Ordem do Mérito do MPDFT, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Safe Carneiro e o vice-presidente, Dr. Carlos Mário Veloso Filho.

- Presidiu a solenidade de promoção dos Promotores de Justiça Adjuntos.

24/06/2003 - Participou da Sessão do Conselho Especial da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

- Apresentação do Projeto "Ministério Público de Portas Abertas" aos Procuradores de Justiça.

- Reunião com o Ministro Maurício Correia, no Supremo Tribunal Federal.

25/06/2003 - Participou da abertura do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal "Reordenamento e Perspectivas", no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- Participou da solenidade de posse dos novos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- Reunião com Ministro Sepúlveda Pertence, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

30/06/2003 - Participou da cerimônia de posse do Dr. Cláudio Fonteles no cargo de Procurador-Geral da República, no Palácio do Planalto e da transmissão de cargo, no Auditório do Ministério Público da União.

1º/07/2003 - Reunião com os Promotores-Chefes, em Taguatinga-DF.

- Assinatura do Termo de Recebimento dos Lotes, para construção de Promotorias do MPDFT.

02/07/2003 - Reunião com Dra. Maria Júlia Monteiro da Silva, presidente da Terracap.

- Reunião com Dr. Cláudio Fonteles e todos os Procuradores-Gerais de Justiça.

03/07/2003 - Reunião com Deputada Distrital Érika Kokay.

07/07/2003 - Reunião com Dr. José Antônio Dias Tóffoli, Sub-Chefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, no Palácio do Planalto.

08/07/2003 - Visita às Promotorias de Justiça instaladas no Edifício Xerox.

09/07/2003 - Reunião do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, no Gabinete do Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

14/07/2003 - Reunião com Dr. Rodrigo Fudoli, Promotor de Justiça Adjunto, Dr. Pedro Lopes, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Major J. Ferreira, Dr. Gustavo Ribeiro, Secretário de Ação Social, Sr. Elton Edmundo Polveiro Júnior, Assessor do Secretário Adjunto do Governo do Distrito Federal, sobre implantação do programa de proteção às testemunhas no Distrito Federal.

29/07/2003 - Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, na sala do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- Audiência com Dr. José Antônio Dias Tóffoli, Sub-Chefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na Presidência da República.

- Visita à Câmara dos Deputados. Audiência com os deputados Luiz Antônio Fleury Filho (PTB/SP) e Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ).

30/07/2003 - Visita à Câmara dos Deputados. Audiência com o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha.

31/07/2003 - Participou da Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça em Rio Branco – Acre.

05/08/2003 - Participou da Sessão do Conselho Especial da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

- Participou da Assembleia da Associação dos Membros do MPDFT.

06/08/2003 - Reunião com representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre eleição do Conselho Tutelar.

07/08/2003 - Reunião com o Deputado Distrital, Júnior Brunelli e pastores evangélicos.

- Participou da cerimônia de posse do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Lélío Bentes Corrêa.

08/08/2003 - Sessão do Conselho Superior do MPDFT.

12/08/2003 - Sessão do Conselho Especial da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito

Federal e Territórios.

- Participou da solenidade de entrega da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

13/08/2003 - Reunião dos Promotores-Chefes do MPDFT.

- Reunião com o deputado distrital Chico Leite e com o Procurador Distrital, Ezequiel Neto.

14/08/2003 - Compareceu ao I Seminário sobre Família e Políticas Públicas, promovido pela Fundação Milton Campos, no Auditório da Câmara dos Deputados.

15/08/2003 - Participou do projeto "Ministério Público de Portas Abertas".

18/08/2003 - Reunião com o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

19/08/2003 - Participou da cerimônia de instalação da Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público, na sala de reuniões do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

20/08/2003 - Reunião com o professor Lauro Morhy, reitor da Universidade de Brasília, Dr. Edeijavá Rodrigues Lira e membros da Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social.

- Participou da abertura do IV Seminário Internacional de Integração dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e Angola, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça Militar.

- Visitou a Promotoria de Justiça de Taguatinga.

21/08/2003 - Participou de reunião para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta do CAJE.

- Participou da solenidade de assinatura da mensagem instituindo o Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais, no Palácio do Buriti.

22/08/2003 - Participou da cerimônia de posse do Desembargador Valdir Leônico, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

- Presidiu a solenidade de posse dos Promotores de Justiça Adjuntos, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

25/08/2003 - Presidiu a abertura do III Curso de Iniciação para Promotores de Justiça Adjuntos do MPDFT, na Sala de Treinamento do edifício-sede.

- Participou do seminário da Fundação Escola Superior do MPDFT sobre "Investigação Criminal a Cargo do Ministério Público: considerações", palestra proferida pelo Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República, no auditório da Procuradoria-Geral da República.

26/08/2003 - Visitou a Promotoria de Justiça de Sobradinho.



MPDFT e Proposições legislativas

Desde o final do mês de junho, o Procurador-Geral de Justiça vem mantendo contatos com o novo Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, que encaminhou à Câmara dos Deputados Projeto de Lei para unificar as proposições, de iniciativa do MPU, em tramitação naquela Casa legislativa, inclusive o PL n.º 6.027/2001 e o PL n.º 7.210/2002, que criam novos cargos para o MPDFT. A decisão decorre de entendimentos com o Governo Federal no sentido de se definir em um único texto normativo as matérias legislativas pendentes e dispersas em vários projetos de lei referentes ao MPF, MPDFT, MPT e MPM.

O novo PL, de n.º 1.354/2003,

que «dispõe sobre a criação de cargos de Membro, criação de Cargos Efetivos, criação e transformação de Funções Comissionadas no âmbito do Ministério Público da União, a criação e transformação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal, e a criação de Ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, e dá outras providências», tramitou durante a convocação extraordinária no mês de julho, e prevê, para o MPDFT, a criação de 4 cargos de Procurador de Justiça; 430 cargos de Analista; 274 cargos de Técnico, além de 443 Funções Comissionadas distribuídas de FC-08 a FC-01. Os cargos e funções criados serão implantados gradativamente na medida das ne-

cessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, até o ano de 2008, conforme previsto em substitutivo apresentado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Já para o ano de 2003, prevê-se o provimento dos 4 cargos de Procurador de Justiça, de 86 cargos de Analista e de 54 cargos de Técnico, num total de 144 cargos efetivos, além de 102 Funções Comissionadas assim distribuídas: FC-07: 09; FC-05: 39; FC-02: 32; FC-01: 22.

Do mesmo modo, durante os meses de julho e agosto, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo, juntamente com a Comissão formada pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela AMPDFT criada para defi-

nir uma estratégia conjunta de atuação para acompanhar a tramitação da Reforma da Previdência, desenvolveu contatos com parlamentares, autoridades do Governo e Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Dentre os objetivos desses contatos estava o de reafirmar às autoridades o posicionamento constitucional do Ministério Público Brasileiro na estrutura do Estado bem como a colocação do MPDFT como ramo do MPU. O Procurador-Geral de Justiça está engajado na mobilização permanente do MPDFT, para acompanhar com atenção os desdobramentos, inclusive das demais propostas de alteração da Constituição.

MPDFT e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Brasil

No dia 29 de julho, os Procuradores-Gerais de Justiça do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça e os Deputados Federais Luiz Antônio Fleury Filho (PTB/SP) e Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ) foram recebidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha. No encontro, o Procurador-Geral de Justiça e também Secretário-Geral do Conselho, Eduardo Sabo, juntamente com os demais Procuradores presentes, defenderam

o diálogo quanto às reformas previdenciárias no que atingem ao Ministério Público. O Presidente da Câmara dos Deputados se colocou à disposição para promover o diálogo entre a CNPGJ e as lideranças políticas no Congresso Nacional.

Os membros do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça foram recebidos também pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para conversa sobre as questões jurídicas envolvidas na reforma

previdenciária e sobre os temas relativos a atuação do Ministério Público. Finalmente, o CNPGJ foi recebido em audiência pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, na qual abordaram o assunto sobre a posição das entidades de classe do Ministério Público e do Poder Judiciário diante das negociações com os parlamen-



Dr. Eduardo Sabo e Procuradores-Gerais de Justiça com o Presidente da Câmara dos Deputados.

tares que trataram da suspensão da greve das categorias, bem como a legitimidade das reivindicações do Ministério Público e da Magistratura.